
RESENHAS





PEETERS, Marguerite. *O Gênero: Uma norma política e cultural mundial. Ferramenta de discernimento*. Prefácio do cardeal Robert Sarah. São Paulo: Paulus, 2015. 143 p.

Claus Schwambach¹

Gênero é um dos temas importantes que se encontra na agenda das discussões atuais. É foco de debates, controvérsias e manifestações na sociedade secular em vários países. E é foco de debates e discussões no âmbito de igrejas cristãs. Como se dá na sociedade, também ocorre nas igrejas: há uma determinada polarização em torno do tema. Há inclusive uma militância em favor ou contra o gênero. As *Paradas do Orgulho Gay (Gay Prides)* e as *Marchas para Jesus* são apenas um exemplo. Muitos desses debates e embates são conduzidos sem a devida informação sobre a história e o conteúdo da assim-chamada perspectiva de gênero. Conduzem-se debates com pouco conhecimento de causa. Faz-se necessário, nesse contexto, buscar por discernimento em meio às acaloradas discussões pró x contra. Sob o ponto de vista da fé cristã, um dos livros recomendáveis à leitura é o livro da autora católica-romana Marguerite Peeters. Ela oferece uma visão crítica à perspectiva de gênero, e contribui no esclarecimento do pano de fundo ideológico

¹ Claus Schwambach (Dr.) é professor de teologia sistemática na FLT – Faculdade Luterana de Teologia. É Editor-Chefe de *Vox Scripturae* e Editor Geral da Revista *Orientação*, ambas publicações institucionais da FLT. E-mail: diretoria@flt.edu.br e claus.schwambach@flt.edu.br.

que transpassa o uso do conceito de gênero nas discussões internacionais das últimas décadas.

O livro inicia com um **Prefácio** do Cardeal Robert Sarah (p. 7-14), no qual ele confronta leitores e leitoras de imediato com os problemas da perspectiva do gênero. A leitura é de tirar o fôlego já desde as primeiras páginas. Segundo ele, “Peeters traz à luz a gravidade do erro dos países ocidentais, no momento em que passam do respeito devido à dignidade e aos direitos inalienáveis de cada pessoa humana, [...] à institucionalização de políticas e de costumes contraditórios, com relação ao casamento e à família. A homossexualidade é um *nonsense* em relação à vida conjugal e familiar. É no mínimo pernicioso recomendá-la em nome dos direitos do homem. Impô-la é um crime contra a humanidade[...] Promover a diversidade de ‘orientações sexuais’ [...] é comprometer o mundo com um desvio de rota, em sentido antropológico e moral: a nova direção é a decadência e a destruição da humanidade!” (p. 11). O mérito que Sarah vislumbra no livro de Peeters é que ele serve de auxílio ao discernimento e motiva a não baixar a guarda na discussão pública do assunto (p. 12s).

Na **Introdução**, Peeters apresenta a sua metodologia, afirma a intenção de capacitar o leitor ao discernimento, e já o confronta com algumas de suas principais teses, que demonstrará ao longo da obra (p. 15-19): “O objetivo do presente trabalho é prático: em primeiro lugar, esperamos prover aqueles que desejam sair da ambivalência doentia da nova cultura com uma ferramenta útil de discernimento, em vista de sua livre determinação” (p. 17). A autora lamenta que “agentes de desenvolvimento, educadores, pais, universitários, [...] políticos, juristas, religiosos, pastores, [...] permanecem, frequentemente, em certa confusão e ignorância quanto às verdadeiras questões do *gênero*. Sem que o saibam, muitos já estão presos em sua engrenagem ideológica” (p. 17).

No primeiro capítulo, **Observações Preliminares** (p. 21ss), a autora discorre inicialmente sobre a “complexidade do fenômeno *gênero*” (p. 21). Aponta para o problema da tradução do termo *gender*. Aponta também para o que denomina de “parentesco ampliado” do conceito, mostrando diversos outros conceitos, muitos deles derivados da palavra sexo, que foram sendo assumidos dentro do campo semântico da palavra gênero da 2ª metade do séc. XX até hoje. Sua principal tese é que há um “holismo centrípeto” em torno do conceito: “Poderíamos descrever o *gênero* como um conjunto holístico de círculos concêntricos dotado de núcleo radical duro. Os círculos externos, os mais visíveis

e mais distantes do núcleo ideológico escondido, apresentam seus projetos mais consensuais e suscetíveis de seduzir as maiorias: o *gênero* é associado, por exemplo, aos programas de luta contra o estupro e a excisão, ou aos programas que visam propiciar às mulheres acesso maior à terra, à educação [...] Mas a análise revela que o *gênero* é um processo revolucionário *centrípeto*: o núcleo duro atrai para si os componentes dos diferentes círculos, ligando-os à sua ideologia em graus proporcionais a seu afastamento do centro e assegurando a unidade ideológica do conjunto. Os projetos exteriores mais aceitáveis terminam por serem também eles contaminados pela antropologia laicista, individualista e hedonista do centro” (p. 23s). Na sequência, Peeters mostra que o “*gênero* é um conceito *pós-moderno*” (p. 25), construído a partir do pensamento laicista filosófico pós-moderno, fazendo com que o gênero se torne em um “*processo de desconstrução*” por se ligar a uma “*revolução permanente*” com “ambições ... planetárias” (p. 26). Um dos grandes problemas que Peeters identifica, é que “o *gênero* e seus derivados ... não são claramente definidos” (p. 26s), o que é típico da pós-modernidade, que “divorcia a linguagem de seu conteúdo estável e identificável. Ela transforma a realidade em um *texto a ser interpretado, em espaço livre de interpretação* – portanto, em *processo de mudança*” (p. 27). Resgatando a histórica desde a Revolução Francesa, a autora mostra como o discurso da perspectiva de gênero é resultado de um longo processo de revolução cultural (p. 28-32). Com maestria, ela registra os diversos momentos desse processo, que culminou com a concepção contemporânea de gênero.

O segundo capítulo (**O surgimento do conceito e seu desenvolvimento ideológico no Ocidente**) está, todo ele, dedicado ao histórico do conceito contemporâneo. Ponto de partida é a distinção que o sexólogo John Money fez entre sexo enquanto noção biológica e gênero enquanto identidade sexual que não coincide com a identidade biológica. Peeters apresenta com detalhes o pensamento de Money e seus desdobramentos (p. 33-36), bem como as concepções de Talcott Parsons (36s) e Robert Stoler (37s). Entre aqueles pensadores que contribuíram para a maturação do conceito, Peeters menciona a feminista e desconstrucionista francesa Simone de Beauvoir (p. 38s), o freudiano-marxista Herbert Marcuse (p. 39), a feminista Ann Oakley (p. 39s), e a feminista Monique Wittig (42s), que foi quem ligou a teoria do gênero a reivindicações homossexuais. Toda a abordagem aponta para a distinção que perpassa todas as concepções, entre sexo (natural, biológico) e gênero (construção social e cultural). Ela conclui que o “*gênero* é,

ao mesmo tempo, dionisiaco e apolíneo. Hedonista, ele exalta o corpo e o sexo. Mas, segundo a perspectiva de seus teóricos, o corpo encerraria o indivíduo em uma identidade, da qual ele não é o iniciador: corpo seria assim a causa primeira da sua condição de escravo” (p. 43). Peeters discorre ainda sobre o pensamento da transexual Raewyn Connell, para daí concentrar-se na teoria *queer*, cunhada por pensadores pós-estruturalistas como Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick e Lauren Berlant (p. 45-50), entre outros. Nas págs. 50-53, Peeters concentra-se no pensamento de Butler, que é a mais renomada representante desse pensamento no cenário internacional da atualidade. Como etapa mais recente do desenvolvimento do conceito, Peeters discorre sobre representantes do pós-gênero, como Shulamith Firestone (p. 53-55) e Donna Haraway (p. 55ss), mostrando como o pensamento do gênero culmina, em última análise, se realmente levado a cabo, na autodestruição da humanidade.

No capítulo 3 (**A perspectiva do gênero: uma norma política mundial**), Peeters mostra como as concepções dos teóricos do gênero foram se tornando em norma política mundial ou novo consenso mundial. Ela esclarece o pano de fundo das conferências internacionais da ONU nos anos 90 e afirma que a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, na Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, foi o grande marco da introdução desse conceito na agenda da ONU, e através desta, aos países membro. Peeters descreve como o conceito foi sendo introduzido por representantes de ONGs internacionais, com forte presença de feministas de gênero em suas fileiras, e que assessoravam a ONU na fase de elaboração dos textos das conferências. O conceito foi introduzido no texto final, utilizado amplamente (272 citações na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim), sem que houvesse uma única definição ao longo de todo documento, fato esse que, segundo Peeters, não é aleatório ou casual, mas intencional e proposital. Peeters chama atenção para o fato de que essa nova terminologia do gênero “representa não apenas uma novidade, mas *corte* no discurso intergovernamental” (63) em relação à linguagem da Carta de Direitos Humanos. Há uma ruptura na linguagem entre a Carta de Direitos Humanos e o texto de Pequim, e, com isso, um deslocamento de eixo na articulação da defesa dos direitos humanos da mulher. Havia uma agenda oculta em Pequim! Segundo Peeters, nas discussões de Pequim, as “pessoas que estavam conscientes de uma agenda oculta [...] contrária ao bem da humanidade, eram pouco numerosas”, sendo a “maioria ignorante” desse pano de fundo (p. 67). Disso resultou a aprovação do conceito, sem definição precisa, no documento final. A

partir de Pequim e a imposição do uso da linguagem nos países-membros da ONU por parte da própria ONU, em conjunto com as ONGs internacionais e nacionais que lhe davam suporte, o conceito começou a transformar-se em norma mundial. Peeters mostra, também, que da ausência de definição política no documento de Pequim (fruto de discussão internacional), o uso do termo passa a definições ambivalentes, dadas por órgãos da ONU, em especial as ONGs que gerenciavam em nome da ONU a operacionalização das diretrizes do Documento de Pequim. Peeters identifica nesse procedimento uma “estratégia de manipulação”: “O gênero é o cavalo de Troia de Pequim” (p. 66). Na sequência, Peeters mostra o desenvolvimento da interpretação feminista em direção à interpretação homossexual (p. 71ss): “Nos anos que se seguiram a Pequim, mudaram-se as políticas e, frequentemente, as leis, para conformar-se à perspectiva do gênero. A mudança foi externa e interna. *Exteriormente*, as políticas deram prioridade nitidamente acentuada à ‘paridade’, à ‘promoção’ da mulher, sua ‘emancipação’ [...] *No plano interno do conteúdo*, as políticas de igualdade dos sexos difundiram a visão laicista da mulher-indivíduo, autônoma [...]” (p. 71s). Segundo Peeters, o “objetivo verdadeiro é provocar uma mudança cultural mundial em favor de uma aceitação e valorização gerais dos estilos de vida LGBT” (p. 73). Peetes mostra que fazem parte da estratégia de aplicação (que é denominada de *gender mainstreaming*), a institucionalização global e a fiscalização do uso do conceito (p. 74ss) por parte da ONU e das ONGs internacionais alinhadas a esta. A norma política perpassa com o tempo os vários povos, seduzindo-os.

O capítulo quatro chama-se **Uma cultura mundial da “igualdade dos sexos”** (p. 79ss). A principal tese que desenvolve nesse capítulo é: “O gênero não é apenas uma teoria. Não é apenas uma norma política mundial. Ele é uma *cultura* – cultura em curso de globalização”, pois os “governos e povos do mundo são pressionados a alinhar-se às novas normas” (p. 79). Peeters destaca, em especial, o caráter impositivo de todo esse processo. A cultura laicista ocidental, que perfaz o transfundo ideológico do conceito de gênero, vai sendo imposta a povos e culturas, substituindo “as pessoas-cidadãos de suas sociedades por indivíduos-cidadãos laicizados” (p. 83). Para Peeters, a “governança mundial trata a perspectiva do gênero não apenas como norma política e cultural, mas como *imperativo ético*: integrá-lo em um programa, uma política, um discurso, uma carta e, daí para frente, uma obrigação prática de sua ética. O não fazê-lo expõe a críticas. [...] A nova ética mundial tem caráter vinculante” (p. 85). Peeters critica

todo esse procedimento, ao afirmar que o “pretensso conteúdo da norma mundial [...] não foi submetido a debate democrático aberto: declarou-se um ‘consenso’, sem que o conceito tivesse sido definido” (p. 85). Peeters mostra também como a imposição cultural passa, nos países, por uma desconstrução de estereótipos, que se manifesta, “antes de tudo, no domínio da educação” (p. 89), colocando em xeque “as realidades antropológicas universais” (p. 91). Combatidos passam a ser, em nome do “gênero”, todo tipo de estereótipos sexistas (p. 91s). Ao concluir esse capítulo, Peeters também aponta para a fragilidade do todo da concepção, pois para ela, o gênero é um gigante de pés de barro (p. 97): “O consenso mundial sobre o qual ele repousa é mito” (p. 97). Por isso, importa que se trave uma “grande batalha: entre a governança mundial, que impõe sua ética sem escrúpulos, e a liberdade dos povos” (p. 98).

O capítulo 5 contém uma **Análise Crítica**, contendo os seguintes subtópicos de crítica: Busca desordenada de poder, de prazer, de domínio (p. 99-104); A fabricação da sociologia – laicismo e cientificismo (p. 104ss); Uma falsa concepção de igualdade (p. 107-111); e, O processo de negação (111ss).

O último capítulo aponta para **Considerações práticas e perspectivas de esperança** (p.113ss). A principal recomendação de Peeters é que todo aquele e aquela que quer chegar a um discernimento, *fique fora do quadro ideológico* (p. 115s). Recomenda que pessoas não devam deixar-se intimidar pelo poder da governança mundial (p. 118s). Sugere que se olhe para outra direção que o *gênero*: “tomar sempre por ponto de partida e por perspectiva a realidade e a verdade de quem somos; uma pessoa, um homem, uma mulher, [...] Essa realidade inalienável, universalmente discernível, indestrutível, é boa” (p. 120). Sugere que se deixe o binarismo para traz e se redescubra a estrutura triúna da pessoa e do amor (p. 122ss), sim, que se efetue uma abertura ao mistério, que é Deus. As últimas frases do livro são: “Voltar à fonte, regressar à casa do Pai – do Deus vivo, não de um deus conceitual, filosófico e abstrato – exige de nós uma decisão e um compromisso de toda a nossa pessoa” (p. 129).

O livro de Peeters, cuja leitura arrebatada e envolve seus leitores e leitoras do começo ao fim, é recomendável para todos os públicos interessados em aprofundar suas reflexões sobre o assunto, e para todas as faixas etárias, mas principalmente para líderes de comunidades e de igrejas que lutam por obter discernimento – primeiramente para si próprios e, depois, para fins de capacitar suas comunidades ao discernimento. Hoje, num cenário cada vez mais confuso sobre o assunto,

principalmente pelo amplo uso e defesa da perspectiva de gênero na mídia, no setor educacional e em determinadas políticas públicas, usar um livro como o de Peeters como ferramenta de discernimento, junto a outras abordagens, faz-se profundamente necessário. Nesse sentido, vale mencionar que o livro de Peeters, ao qual se poderia ainda somar o livro do argentino SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero**. O neototalitarismo e a morte da família. 2. ed. São Paulo: Katechesis, 2015, faz coro com uma série de vozes do cenário internacional, que têm chamado atenção aos mesmos problemas da perspectiva de gênero (veja bibliografia sobre o tema no artigo sobre gênero, de nossa autoria, nessa edição de Vox Scripturae). **Resumindo:** Você, que lê essa resenha, não pode deixar de adquirir e de ler o livro, avaliá-lo, e tirar suas próprias conclusões!

